

Nuno Melo

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, por ocasião do almoço conferência no Instituto Amaro da Costa - IDL

Lisboa, 26 de junho de 2025



- Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Álvaro Castelo Branco
- Senhor Deputado, Dr. Paulo Núncio
- Senhor Embaixador da Turquia, Dr. Haldun Koç
- Senhora Embaixadora da República Dominicana, Dra. Patrícia Villega de Jorge
- Senhora Chefe de Missão da Embaixada da Noruega, Dra. Karina Asbjørnsen
- Senhor Encarregado de Negócios da Embaixada da Alemanha, Dr. Ludwing Blaurock
- Senhor Presidente do Conselho Diretivo do IDL, Dr. Manuel Monteiro
- Demais entidades aqui presentes
- Minhas senhoras e meus senhores

A primeira nota que devemos reter é de que o mundo como o conhecemos nos últimos 80 anos mudou. No plano geopolítico o mundo está hoje mais perigoso e imprevisível e a Cimeira de Haia em que ontem participei foi histórica, principalmente por traduzir isto mesmo, do ponto de vista analítico, mas principalmente das respostas que são pedidas aos aliados.

Refletindo essa urgência, os países membros da NATO comprometeram-se a investir 3,5% do PIB diretamente em defesa, até 2035, a que acresce 1,5% de forma indireta em segurança e resiliência.

Se alguém afirmasse que assim seria há uns anos atrás, provavelmente não seria levado a sério. A realidade é sempre mais forte e quando em causa está a defesa da democracia, da liberdade e do nosso modo de vida, por maioria de razão.

Para o que importa, Portugal vai cumprir a meta de investimento de 2% do PIB em defesa em 2025.

Com esta decisão, o XXV Governo Constitucional coloca um ponto final no adiamento de uma década [desde Gales], reforçando a credibilidade de Portugal junto dos nossos Aliados e garantindo que deixamos de ficar para trás.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este almoço no Instituto Amaro da Costa decorre numa altura em que atravessamos um momento único, marcado pelo terceiro ano da guerra na Ucrânia, pelo início do segundo mandato do Presidente Trump, pelo despertar da Europa para a defesa, pela guerra dos 12 dias entre Israel e o Irão, e pelo do maior investimento na defesa Nacional e nas Forças Armadas, em Portugal.

Em paralelo, assistimos a uma nova corrida ao Ártico, à militarização do espaço e ao alastramento de ameaças híbridas disruptivas que já vão do Báltico, ao Leste Europeu, ao Médio Oriente, do Mediterrâneo ao Sahel, passando pelo Mar Vermelho, atravessando a África Central até ao Golfo da Guiné, e por um crescendo de atividade no nosso vasto espaço Atlântico.

A China confirma-se como potência global e os Estados Unidos da América deslocam a sua atenção geoestratégica para o Indo-Pacífico. Na agenda deste Presidente americano está também um maior foco no Irão e no Médio Oriente.

A Cimeira da NATO em Haia reforçou estas e outras evidências, e confirmou o que sabíamos - os Estados Unidos já não estão dispostos a suportar o essencial dos encargos de defesa da Europa.

Assiste-se a ondas preocupantes de protecionismo e nacionalismo económico, a pretensões de domínio, tudo isto a par do

enfraquecimento da ordem normativa internacional e do enfraquecimento de organizações multilaterais de segurança saídas do final da segunda guerra mundial.

Tudo ponderado, é bem possível que estejamos a testemunhar algumas das mudanças geopolíticas mais relevantes das últimas décadas e com grande probabilidade a alterações que desafiam a ordem internacional que foi desenhada há 80 anos.

É a realidade a impor-se na política internacional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este é também o momento em que os Europeus reconheceram a necessidade de assumir uma maior responsabilidade no esforço de defesa coletiva do nosso espaço Atlântico, para compensar anos de externalização desse esforço nos Estados Unidos e garantir uma maior autonomia estratégica da União Europeia.

A relação entre o eixo franco-alemão parece reforçar-se com Macron e Merz num momento determinante para o futuro da Europa que exige mais unidade.

Centrando-me agora em Portugal, é por isso que defendemos no Governo a necessidade de reforçar mais o pilar europeu e nacional de defesa na NATO.

Foi isso que transmitimos aos nossos Aliados, um plano credível para atingir a meta de investimento de 2% do PIB na Defesa Nacional, já até ao final deste ano.

Mas sempre com dois pressupostos:

- Primeiro, nunca em alguma circunstância, colocando em causa o estado social, e,
- Segundo pressuposto, nunca colocando em causa o bom funcionamento da economia e, se possível, reforçando esse desempenho da economia criando riqueza nacional.

Outra regra essencial é de que a modernização e o reequipamento das Forças Armadas terá sempre o pressuposto do envolvimento das indústrias de defesa e a base tecnológica das indústrias de defesa.

Isto significa que nas indústrias de defesa é necessário produzir mais na Europa e comprar mais na Europa.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Governo encara este contexto que é histórico como uma oportunidade que o País não pode desperdiçar, e não como um problema.

Portugal tem de estar à altura das circunstâncias e não tenho muitas dúvidas em afirmar que o compromisso de atingir 2% em 2025 marca

um virar página no investimento na Defesa Nacional e abre um novo capítulo no reforço das Forças Armadas Portuguesas.

Vamos prosseguir colocando a Defesa Nacional no topo das prioridades políticas, valorizando a condição militar e dignificando as Forças Armadas.

A questão que certamente querem ver respondida é como vamos executar os cerca de 1000 milhões de euros adicionais.

Começo pelo princípio e pela coordenação que assumirei como prioritária no meu mandato.

O investimento assentará num plano muito bem coordenado da Defesa Nacional e as Forças Armadas, em linha com os alvos capacitários da NATO.

Revisão/antecipação urgente da LPM, publicação da diretiva ministerial de planeamento de defesa, projetos de defesa anti-aérea, luta-anti submarina, reequipamento brigadas, manutenção...

Este caminho vai exigir o empenho de todo o Estado, envolvendo o EMGFA, Ramos, Finanças, Administração Interna (pelas áreas conexas da segurança), Infraestruturas (que são críticas para a segurança nacional – aeroportos, caminhos de ferro, cabos submarinos), e a Economia (potenciando o relacionamento estreito que construímos assegurando que as aquisições e os investimentos vêm a benefício do interesse nacional).

O caminho a seguir será de continuar a apoiar os Antigos Combatentes, apostar no património imobiliário e habitação, na saúde militar, na modernização de bens e equipamentos, reforçando as missões internacionais que são um instrumento essencial da nossa política externa e projeção da língua, e apostando nas indústrias de defesa que colocamos definitivamente na ordem do dia.

Sublinhe-se que afirmamos e trabalhamos nesta visão muito antes do Relatório Draghi.

A este propósito, recordo os exemplos dos drones que ajudam a defender os céus da Ucrânia produzidos em Portugal. Portugal lidera o sector à escala global. Neste momento a França prepara-se para adquirir drones portugueses que equiparão as suas Forças Armadas.

Ou da aquisição do 6º KC-390 ainda há dias, com a garantia de venda de mais 10 KC-390 a países NATO. A venda de cada unidade representa 11 milhões de euros que entram nos cofres do Estado.

Ou dos Supertucano, que significam um investimento de mais de 70 milhões de euros nas indústrias que farão a versão NATO.

Ou os NPO de 3ª geração, em construção nos estaleiros de Viana do Castelo.

Ou a modernização das PANDUR, a efetuar quase na totalidade em Portugal.

Também a União Europeia se prepara para este novo ciclo. No âmbito da União, o plano ReArm Europe Prontidão 2030 traz instrumentos financeiros para apoiar o investimento em defesa.

Em maio, o Governo solicitou à Comissão Europeia a ativação da cláusula de derrogação nacional (o mecanismo SAFE) para estabelecer precisamente uma exceção ao cumprimento das regras orçamentais da União nesses investimentos.

Meus caros, com isto termino.

Para o que importa, em 11 meses no Governo conseguimos devolver credibilidade a Portugal junto dos Aliados, trouxemos previsibilidade à Defesa Nacional e reforçamos a motivação de muitos militares, o que já não acontecia há muito tempo.

Nestes quatro anos só podemos fazer muito mais e melhor.

Portugal estará à altura das responsabilidades, do lado dos nossos aliados, do lado certo da História, para defesa da democracia, da liberdade e do nosso modo de vida, sempre em busca da paz e tendo como destino engradecer esta Nação de 9 séculos.

Muito obrigado.